

Evolução da estrutura econômica do Brasil

ANTÔNIO HORÁCIO PEREIRA

I — CONCEITUAÇÃO DA ESTRUTURA ECONÔMICA

O estudo, ainda que ligeiro, de uma estrutura econômica, não pode ater-se a dados meramente técnicos que a enquadram numa armação apenas exterior. Seria isto um exame do esqueleto, do somatório ósseo, sem qualquer liame com as demais peças do organismo, a impedir-lhe a visão total, ou antes, íntima, em cujo trato há que se levar em conta o elemento sociológico, a fim de que a análise do agregado subsistencial, no seu evolver, através do tempo, possa registrar, com a maior exatidão possível, o seu real desenvolvimento.

A economia de uma nação acompanha-lhe, *pari passu*, as etapas históricas, nos eventos e êxitos que as corporificam, e por isso se integra dos sentimentos do povo, de tudo quanto lhe forma o acervo de qualidades e defeitos, dentro de um cunho autóctone, próprio, espécie de *genius loci* de que falavam os antigos, a refletir a sua autêntica fisionomia.

Impossível identificar a *facies* estrutural de um país à margem de suas condicionantes sociais, geográficas, políticas, culturais e psicológicas, o que quer dizer definir-lhe o *status* econômico sem os altos e baixos de uma evolução pacífica, acidentada ou híbrida.

Eis porque a noção de estrutura, exprimindo, no seu conteúdo, aquelas variações, nunca se precisa de modo inequívoco. Ora se apresenta como proporção de fatores, e dessa forma o complexo se dimensiona; ora como relação desses mesmos fatores, e aí a construção se arma; ora como geratriz e corolário de fatos e acontecimentos, exteriorizando um arcabouço díspar e heterogêneo.

Expressará a estrutura um dado inerte ou um processo dinâmico? Os economistas de tôdas as escolas atribuem muita importância à questão, sobretudo os modernos, que consideram a história econômica como um perpassar, contínuo, de estruturas.

Se a Economia Política, como disciplina social que é, envolve um esquema de interpretação da realidade concreta, isto é, se busca prescrever as leis e os princípios regedores do esforço humano na área das necessidades ingentes das populações, — claro que o aparelho econômico, infenso a abstrações, se exercita dinamicamente no sentido evolucionista.

Um país surge, conseqüentemente, como um modelo de organização que se interpenetra, nos seus elos constitutivos, dos misteres econômicos exercidos pelos indivíduos, pelas famílias, pelos grupos, pela comunidade.

Não haverá aí uma mera justaposição de atos e fatos a caracterizar, aparentemente, a atividade econômica nacional; esta se identifica na interligação de suas unidades autônomas.

Conceituar-se-á, portanto, a estrutura como um todo relacional — interno e externo, qualitativo e quantitativo — considerado cronologicamente, através de períodos sucessivos, e topograficamente, nos espaços variáveis de sua atuação.

Será ela um estágio, pouco ou claramente delineado no seu contórno periférico e na sua substância intrínseca, a positivar uma análise, um confronto, um juízo do ponto de vista sócio-político-econômico, sobre a vida de qualquer povo.

Nesses pressupostos, poder-se-á falar ontologicamente de uma estrutura de economia artesanal, de uma economia corporativista, de uma economia capitalista, de uma economia coletivista. Sob o ângulo específico, a economia será agrária, mercantilista, industrial ou eclética.

E do ponto de vista de execução — quer dizer, do desempenho da faina econômica — a economia define-se, finalmente, como descentralizada ou dirigida, nucleando cada tipo peculiaridades e características inconfundíveis, por sua posição e antagonismo.

Qualquer, porém, que seja a subdivisão, os doutrinadores enxergam, no contexto geral, três elementos essenciais: o espírito, a forma e a substância da conjuntura, isto é, os móveis predominantes da atividade econômica, o conjunto sócio-jurídico-institucional que a contorna e o processo material de transformação de bens e cousas em efeitos, utilidades, trocas, paz e prosperidade.

Talvez, nessas tentativas conceituais, o assunto, mais teórico do que prático, seja antes receptivo à dogmática de opiniões e temas, e não ao realismo das necessidades elementares da vivência gregária.

Entre nós, num retrospecto evolutivo da origem aos dias presentes, verifica-se que a economia brasileira, na perspectiva dos tempos, se caracterizou sempre, até ao primeiro quartel deste século, por condições mesológicas e históricas, como predominantemente agrária, identificando-se através dos ciclos do pau-brasil ao café como esteio da sobrevivência nacional.

Sem dúvida que, no transcurso de mais de quatrocentos anos, essa estruturação do labor agrícola, adstrita a influências variadíssimas — na intimidade de todos os fatores e sujeitos econômicos —, haveria de processar-se desordenadamente, ao sabor das circunstâncias e das necessidades imediatas da vida brasileira, agindo e reagindo segundo as inspirações do meio, das forças do comércio oceânico, das lutas dinásticas na Europa, do colonialismo, do absolutismo político e das instituições liberais nascentes.

O ciclo manufatureiro, esboçado aqui e ali, numa série incipiente de manifestações, instalar-se-ia, por fim, como fulcro da subsistência nacional que se esteriotipa, hoje, numa fase de transição — entre a agricultura e a indústria — buscando ultrapassar o primado da terra pela utilização e transformação de suas riquezas nos frutos sazonados do progresso e do desenvolvimento.

Nesses alicerces repousa, pois, a estrutura econômica nacional, ao longo de cujo eixo marcha a comunidade brasileira.

E aí se espraia, nas suas incriminações pelo setor terciário, a rede de transportes e comunicações, o armazenamento e o seguro, as finanças e o crédito, a moeda e o câmbio, o sistema mercantil, a tributação, o ensino técnico, o *know-how*, enfim, o imenso mecanismo circulatório da riqueza produzida, em busca do seu consumo, etapa final do processo econômico.

O setor terciário, no conjunto da economia, representa, pode dizer-se, a sua causa e efeito, porque a condiciona nos limites externos e a essencializa na intimidade germinativa.

Não há indústria, como não há agricultura, que se dissocie de um comércio regular, adequado, imprescindível, munido de todos os elementos específicos, a funcionar como suporte de ambas.

E esse papel, numa estrutura de transição, como a brasileira, reveste importância incomensurável.

II — ESBÓÇO HISTÓRICO

No Brasil, a primeira manifestação econômica nasceu com o próprio descobrimento, sob o signo da cruz, que foi o primeiro produto manufaturado e, também, a primeira expressão espiritual da terra, com a missa que se celebrou no solo virgem.

Haveria nisso uma predestinação? Sem nenhuma dúvida.

O pau-brasil é a matéria primeva, o elemento econômico originário, aquele que despertou, nos povos coevos, o sentido de uma nova expressão social que se descortinava além do mar-oceano, como prenúncio de grandes dias para a humanidade.

As florestas imensas da terra esplendorosa forneceram, desde logo e durante quase dois séculos, tudo quanto Portugal e as nações européias necessitavam para completarem o ciclo descobridor da conquista das Índias e do Novo Mundo.

A colonização da Terra do Cruzeiro despontava como etapa de uma evolução que nascia.

A madeira e as tintas formam o seu alicerce. As naus e as caravelas singram o Atlântico, conduzindo no seu bôjo carregamentos e carregamentos dessa riqueza imensa.

Em seguida, a cana-de-açúcar, com os primeiros engenhos, ministra os elementos de outra fase produtora, aquela que precede à indústria extrativa da mineração do ouro, do diamante e das pedras preciosas. É o período dos séculos XVII e XVIII, atestando uma vitalidade histórica impressionante, partilhada de lances de epopéia e de bravura, no caldeamento da raça, na posse física do território, na catequese, na expulsão do estrangeiro invasor, na formação do sentimento nativo, na tradição religiosa e nas idéias ingênicas de independência e de liberdade. A fundição de metais, do ouro e do ferro, a manufatura incipiente, a construção de casas e de obras, o artesanato, tudo se agrupa e se desenvolve num alinhamento de êxitos econômicos, firmando a prosperidade do povo e da terra.

Mas não fôra possível, sobretudo no campo industrial, porque a metrópole, jungindo a colônia a índices puramente agrícolas e pastoris, vedava-lhe todo vislumbre de atividade manufatureira.

As restriões, rigorosas e severas, vinham de longe, atingindo ao auge na era pombalina, até culminar no célebre alvará de 7 de junho de 1785, da rainha Dona MARIA I, que proibia, sem remissão, qualquer forma de industrialização no Brasil. Tínhamos que cumprir o fadário de país essencialmente agrícola, em absoluto antagonismo com a nossa inelutável predestinação industrial.

O ímpeto dessa força imanente haveria de quebrar grilhões, e o século XIX marca o início da libertação, com a chegada de D. João VI às plagas brasileiras, assinalada, desde logo, com a abertura dos portos, em 1808, sob a inspiração genial de CAIRU. E aparecem os primeiros sinais de manufatura com várias medidas indicativas dêsse novo desiderato.

Não experimentamos, porém, como ocorreu alhures, uma autêntica revolução técnica e industrial. Mas tivemos um imenso surto de desafôgo econômico, que o grito do Ipiranga veio despertar e incrementar, desfazendo, para sempre, as peias do monopólio lusitano. Uma legislação eminentemente brasileira, começada com a lei de BERNARDO DE VASCONCELOS, em 1828, estimulava e consolidava o desenvolvimento da nossa industrialização.

Encetávamos uma marcha, marcha penosa, difícil, mas triunfante. Sem recursos tecnológicos, sem maquinaria, sem mão-de-obra, tudo improvisávamos, buscando apenas, assentar o leito de uma futura e promissora exploração da nossa matéria-prima.

E aparecem as indústrias de tecidos, com os primeiros teares, o curtimento e a salga de couros, a feitura de chapéus de cabeça e de calçados, as manufaturas de lã, sêda, ferro, velas para barcos, pequenas armas, munições, aço, prego, arames, máquinas, caldeiras, carvão-de-pedra etc.

Nos anais da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a mais antiga entidade de classe do país, fundada em 1820, nos albores da Independência, encontramos um documentário valiosíssimo para o estudo da nossa economia industrial. Dela disse ROBERTO SIMONSEN, na sua monumental *História Econô-*

mica do Brasil, que desempenhou papel importantíssimo como pioneira do nosso progresso técnico, procurando despertar a nação para o problema, que era fundamental para a sua grandeza. E, ainda hoje, podemos insistir na tecla, pois que continuamos a depender essencialmente dos recursos tecnológicos em benefício do valiosíssimo parque industrial de que já dispomos.

INÁCIO ÁLVARES PINTO D'ALMEIDA, fundador daquele grêmio, escreveu em 1825:

“Enquanto a nação, que retira o seu recurso da terra, que a sustenta, não chega ao estado de indústria, que podemos considerar como o terceiro período de aperfeiçoamento social e que constitui a verdadeira independência política, é do interesse desta nação introduzir todos os aperfeiçoamentos possíveis nos diferentes ramos de indústria nacional”.

E inúmeros outros cidadãos eminentes falaram do mesmo modo, manifestando idênticos sentimentos, sempre em favor da industrialização.

O cônego JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA, figura proeminente da Independência, acentuou “que de muitos objetos do nosso abundante solo poderíamos colhêr maiores vantagens, se a nossa indústria fôsse mais adiantada”.

Continua a ascensão industrial, de ano a ano, em várias províncias, não obstante o amplo desembaraço do livre cambismo que, de tôda a parte, trazia para o Brasil as importações manufaturadas da Inglaterra, da França, da Alemanha, da Holanda e de outros países europeus.

Um deputado, nos fins do século, dizia na Câmara:

“Não sou jacobino, mas desejo que, pela sua produção e não pela sua importação, se avalie a expansão econômica do meu país”.

Se é exato que também brasileiros eram adversos à industrialização, como TAVARES BASTOS que proclamava ser a “agricultura, a grande, a verdadeira indústria nacional”, por outro lado, o barão de BOM RETIRO escrevia, em 1870, que “a marcha industrial do Brasil segue em linha ascendente”.

Os estadistas do Império, em que pêssem algumas incompreensões e circunstâncias adversas da época, nunca se opuseram às expansões manufatureiras. Ao contrário, sempre as desejaram e tudo fizeram em prol do seu desenvolvimento e progresso.

Também na República a conduta é a mesma, sendo de salientar que maior monta assumiu, neste século, o esplendor industrial.

Ilustremos, com uma evocação ao passado, os nomes de NABUCO, MAUÁ, REBOUCAS, STREET, OTTONI, RUI, PASSOS, MURTINHO, FRONTIN, SERZEDELO, DELMIRO, SIMONSEN, LODI, GIANETTI, MORVAN, TURTON, GASTÃO DE BRITO.

Registre-se, mais notadamente no período republicano, o vulto das conquistas no campo industrial, com resultados econômicos que tanto devem orgulhar a nação brasileira.

A 1.^a grande guerra, de 14 a 18, trouxe, inevitavelmente, empreendimentos industriais de certa expressão, sobretudo no setor da fundição de ferro e produção de aço.

Assim, vamos encontrar, em 1919, algumas emprêsas de vulto, como a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas, a Cia. Ferro Brasileiro, Usinas Santa Luzia e Cia. Mecânica e Importadora, entre outras, tôdas empreendimentos pioneiros, ainda em fase bastante incipiente, tanto assim que, mesmo em 1928, ainda produzíamos, apenas, 8 mil toneladas de ferro e aço.

Em 1923, porém, em virtude da recuperação dos países industrializados, a frágil manufatura nacional veio a sofrer, neste e nos anos que se seguiram, desenfreada concorrência. Era a luta das grandes potências pela reconquista dos mercados consumidores.

A rigor, sòmente na década de 30, a indústria despertou maiores atenções dos investidores, verificando-se, nesse periodo, considerável afluxo de capitais estrangeiros, sobretudo norte-americanos. Mas, em verdade, foi a 2.^a guerra mundial, por paradoxal que pareça, o marco da fase decisiva da nossa industrialização. A mobilização para as atividades bélicas dos países industrializados retirou dos mercados mundiais os seus tradicionais produtos.

Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Japão, inteiramente dedicados à produção de guerra, deixaram de abastecer os seus mercados consumidores. O Brasil voltou-se, então, para os seus próprios recursos, incomensuráveis, por certo, mas praticamente inexplorados. Forçados pelas circunstâncias, o nosso país viu-se, abruptamente, na contingência de ter de fabricar muitas utilidades que, até então, importava, e aí começou a firmar-se, realmente, embora um tanto desordenado, o grande parque industrial que hoje possuímos e do qual tanto nos orgulhamos — o maior da América Latina. Afirmou-se, de maneira convincente, a nossa capacidade de produzir, senão até então ignorada, pelo menos pouco pressentida. O consumidor, à falta do produto importado, passou a consumir o nacional, conhecendo-lhe as qualidades e acabando por nêle acreditar.

Mas êsse parque industrial, mal equipado e improvisado, tomou aspecto sério e definido no pós-guerra.

Os investidores nacionais animaram-se a aplicar seus capitais em montagem de novas fábricas, já agora com outras perspectivas de garantia de consumo, pelo afastamento dos produtores estrangeiros, em virtude das restrições impostas pela beligerância. Êstes, por sua vez, sentindo fugir-lhes um mercado, de amplas proporções e em constante ascensão, decidiram-se a instalar fábricas no Brasil, trazendo, além de capital, equipamentos atualizados, técnica e experiência, muitos dos quais associando-se a grupos internos. Data, realmente, desta fase o grande progresso industrial do Brasil, estimulado, sem dúvida, pela implantação da indústria do aço e subprodutos do coque, com a concretização da grande siderurgia brasileira, traduzida na Usina de Volta Redonda.

Neste último decênio tem sido verdadeiramente assombroso o desenvolvimento do parque industrial brasileiro. Fabrica-se hoje, no Brasil, praticamente tudo do que se necessita, excetuando-se máquinas de certo porte e alguns produtos químicos. Mesmo assim, a indústria química básica encontra-se em franco progresso.

A indústria de máquinas aperfeiçoa-se rapidamente, já atingindo expressivos índices técnicos, e a indústria de equipamento elétrico pesado, que se encontrava, há três anos, em fase de planejamento e de montagem, hoje se acha em fase de trabalho produtivo. No periodo indicado, os setores que mais evoluíram foram os de material e aparelhos elétricos, telecomunicações, metalurgia, plásticos, química e farmacêutica, material de transporte, eletrônica, cimento e outros.

Retoma-se, agora, a fase mais difícil, que é a da chamada indústria básica, com a instalação, em ritmo bastante acelerado, de mais três usinas siderúrgicas, como também a da indústria de máquinas e equipamentos industriais e a da indústria química de base, que é a que produz matérias-primas para o desenvolvimento de uma infinidade de outras indústrias. Por fim, cita-se a indústria automobilística, como coroamento do nosso progresso industrial, pois é uma atividade produtora que exige, para ser implantada, um alto índice de desenvolvimento manufatureiro, tal a gama enorme de produtos industrializados de que necessita e absorve normalmente.

A industrialização brasileira é, hoje, uma realidade, uma pujante realidade, lastreada por uma mentalidade produtora que não é possível negar, tão nítida ela se apresenta à consciência nacional.

III — ESTRUTURA ECONÔMICA BRASILEIRA (Evolução)

a) — Nos últimos trinta anos a geração a que pertenceo acompanhou, de maneira direta, seja como participante seja como observadora, o desenvolvimento material do país, podendo sentir e perscrutar o seu *fiat* criador. Testemunha de tantos eventos extraordinários poderá oferecer depoimento fidedigno da grande metamorfose operada no cenário nacional.

Ainda não se apagou dos olhos de muitos o Brasil de ontem, do princípio do século, em que o transporte se efetuava em lombo de burro e em carro de boi ou, ainda, nos trens de ferro que, resfolegando, a grandes distâncias, pelo *hinterland*, mudavam muitas vezes a côr da indumentária e até do corpo dos passageiros, tal a fumaça provinda da queima da lenha no bôjo das locomotivas e a poeira que se levantava do leito das estradas.

Também não data de longe a época em que era importado tudo que o brasileiro consumia — da simples caixa de fósforos ao tecido mais grosseiro, do sabão mais ordinário até o biscoito e a manteiga, para não se aludir ao ferro de engomar, ao fogão, aos talheres, à louça, à máquina de costura —, pois que seria infundável a lista do que vinha de fora. Em troca de quê? De produtos primários: minérios, borracha, algodão, café.

Esta singela reminiscência basta para mostrar a evolução da nossa estrutura econômica nos últimos decênios.

Hoje o quadro é outro. Já está superado o exclusivismo da exportação de matérias-primas, em pagamento da importação maciça de produtos industrializados das nações do velho continente.

A perda ou, com mais acêrto, o não-auferimento de substância pela economia brasileira, em virtude dessa contrapartida desigual, situa-se, felizmente, no passado.

A queda dos produtos agrícolas, associada à inelasticidade de sua procura no mercado internacional, porque o consumo se satura, quando não estaciona ou regride — e aqui acesa controvérsia se trava acêrca da deterioração da relação de trocas de produtos primários por secundários —, constituía a causa fundamental do nosso atraso, incapaz de fazer face, sequer, à reposição do pequeno parque fabril que aqui se formava.

Por outro lado, o aumento populacional, que muitos denominam de explosão demográfica, impunha o aproveitamento da mão-de-obra excedente, tanto na agricultura, a necessitar de forte incremento, quanto na industrialização que, cada dia, mais se avanta, no dinamismo dos fatores econômicos.

É, na verdade, significativa a circunstância: a população brasileira — 33 568 000 almas, em 1930 — mais que duplicou três décadas após, 70 967 000 habitantes, em 1960. Imprescindível que se desenvolvessem as forças produtivas em todos os setores do trabalho nacional para atendimento do consumo individual, que passou de 123 bilhões de cruzeiros, em 1947, para 1 trilhão e 678 bilhões de cruzeiros, em 1960.

Fácil imaginar o esforço despendido *intramuros*, com o rompimento de laços arcaicos e de costumes anacrônicos, para corresponder a tais índices de crescimento.

A taxa de 5,8%, fixada para o nosso desenvolvimento e não superada por qualquer outro país da América Latina, e que se elevou para 7% no período de 1956/61, pôde atender à subida da população que galgou o índice de 3,1%, nos últimos quinquênios.

O binômio demo-produção, embora anômalo, responde, sem dúvida, em termos sensíveis, pelo crescimento econômico do país.

Mas alterações profundas ocorreram na economia brasileira, exigidas por um desenvolvimento progressivo que nunca contou com uma política capaz de prevê-las e orientá-las, provocando, em conseqüência, tensões internas que se acumu-

lam e dentre as quais a inflação é a mais extensiva, comportando, alhures, exame profundo de suas causas e efeitos.

b) — No comércio exterior, termômetro da pujança mercantil de uma nação, são evidentes os fatos indicativos dessa tendência progressista.

O Conselho Nacional de Economia, na sua *Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil — 1961*, assinala que:

“ainda se concentra em alguns poucos produtos, pelo seu equivalente em dólares, a quase totalidade de nossas exportações”

e que

“as características intrínsecas dos produtos da pauta — bens primários — vêm obstando o valor de nossas vendas externas”.

Salienta, todavia, que já se antevê uma modificação básica ante a presença de manufaturas nas exportações nacionais, de maneira que, quando estas ultrapassarem o algarismo diminuto de agora, maior será o seu realce, sobretudo se forem adotadas, pelo governo, medidas que as incentivem, tanto de índole administrativa, quanto técnica. A ALALC surge, no momento, como veículo de uma política exportadora útil, já que a América Latina se identifica como excelente escoadouro para os nossos produtos, porque, na área das moedas fracas, o Brasil desfruta de excepcional posição de concorrência.

O registro, na pauta de saídas, de veículos e partes complementares, bem como de máquinas, aparelhos e outros artigos, enfeixados na rubrica *equipamentos e aparelhamentos*, reflete algo de promissor.

Outra característica da mudança, como muito bem adverte o CNE no documento citado, é que, não obstante continuarem dependendo as exportações, em sua quase generalidade, de *produtos alimentícios* e de *matérias-primas*, as estatísticas estão a indicar maior participação, em termos relativos, destas últimas, enquanto aquêles revelam uma tendência em sentido contrário. Do mesmo modo, os grupos dos combustíveis e derivados do petróleo, os equipamentos e aparelhamentos (bens de investimento dos produtores), assim como os bens de consumo durável, que também figuram nas listas exportadoras, ganham maior relêvo.

No outro lado da balança comercial — coluna das entradas —, embora a estrutura dos bens alienígenas não apresente grandes diferenças, convém salientar: no volume total das compras externas o agrupamento “veículos e partes complementares”, no qual estão incluídos automóveis, caminhões, chassis e seus pertences, para citar apenas a quantidade importada que baixou, em 1959, de 105 380 toneladas para 56 731, em 1960, e 37 907, em 1961, observa-se uma inclinação regressiva nesse item, que absorveu mais de 15% de nossos gastos em aquisições no exterior, com um dispêndio de divisas, em 1960, da ordem de US\$ 224 milhões, passando sua participação a 11% nos gastos totais, ao nível de US\$ 161 milhões, em 1961. Outros produtos, tais como trigo, fertilizantes, gasolina e lubrificantes, acusam sensível queda na distribuição das importações.

c) — No que se refere às matérias-primas percebe-se a evidência dessa evolução estrutural.

EUVALDO LODI, em conferência pronunciada, em setembro de 1952, sobre “Política Nacional de Matérias-Primas”, defendendo idéias que, pelo seu significado e pela autoridade de quem as expunha, se constituíram em símbolo de sadio nacionalismo, comentava:

“O exame da evolução dos problemas das matérias-primas nas economias demonstra que, à medida que um país se industrializa e, pois, se desenvolve, passa, em geral, de uma posição em que é um líquido exportador de *matérias-primas* para uma outra, inversa, de *líquido importador*, de uma situação em que o valor das exportações de matérias-primas é superior ao das importações, a uma em que o valor destas é superior ao daquela”.

Verifica-se, decorrido um decênio, a confirmação das palavras do grande líder desaparecido.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registra o comportamento das matérias-primas, em bruto e preparadas, no comércio exterior do país. Como o valor dos montantes de entrada e saída pode não dar uma idéia do fato que se pretende retratar, em virtude das alterações cambiais e monetárias, veja-se o volume exportado e o importado nos anos de 1959, 1960 e 1961.

QUADRO I

MATÉRIAS-PRIMAS

	Exportação		
	1959	1960	1961
Total da classe em toneladas	7 454 637	7 860 015	9 773 710
	Importação		
Total da classe em toneladas	10 835 571	11 640 539	12 219 290

Assim, no parecer do saudoso homem público, estamos passando a líquido importador de matérias-primas em virtude da industrialização.

Cumpra, todavia, ressaltar, no particular, que um país subdesenvolvido, ou em fase de desenvolvimento econômico, como é o caso do Brasil, encontra na magnitude do comércio internacional um fator iniludível de seu crescimento.

Tem necessidade de exportar muito, e sempre o mais que fôr possível, para obter, na balança de trocas, tudo aquilo que não possui, ou que não está ainda em condições de produzir. Isto contribuirá, sem dúvida, para o aceleração do processo de igualdade econômica, preconizado por EUVALDO LODI.

Assim, por exemplo, precisamos incentivar a colocação, em escala crescente, do minério de ferro nos mercados internacionais, dada a sua abundância no país, numa reserva estimada em sessenta bilhões de toneladas. É um potencial praticamente inesgotável.

O Conselho Nacional de Economia, em estudo relativo ao problema do ferro e do manganês no Brasil, do qual tive a honra de ser relator, pôs de relêvo que ainda que ocorresse uma exploração intensiva dessa matéria-prima, por um ou mais séculos, as jazidas do nosso solo não correriam o perigo de serem esgotadas, achando-se assegurado, em qualquer circunstância, o consumo interno.

Procedimento semelhante, embora em proporções menores, deve ser dado ao manganês, porque pelos resultados projetados pelo CNE somente as reservas existentes em Minas Gerais são suficientes para suprir a produção interna de aço em lingotes e outras ligas, nas próximas décadas.

De resto, as jazidas manganíferas de Urucum e da Serra do Navio encontram-se em condições prioritárias para a exportação, sobretudo porque, em função da concorrência, as exigências impostas pelos consumidores estrangeiros se aproximam das do congêneres ferrífero.

O item que mais gravava o nosso comércio exterior era o referente a petróleo e seus derivados. Sempre fomos grandes importadores de combustíveis e lubrificantes. No entanto, vem-se modificando algo no complexo dessas importações. Presentemente, a rubrica que mais pesa é a correspondente a petróleo cru ou em bruto. Assinale-se que, antes da industrialização do petróleo brasileiro, ela era inexpressiva. Hoje, no entanto, representa mais da metade das importações. Em 1959, a participação do petróleo cru representava pouco mais de 50% sobre a tonelagem total de 12 219 290. Em 1961, essa participação atinge 7 549 085 t, ou seja, mais de 60%.

O fato sugere indagações de várias ordens. Em primeiro lugar, cresce o consumo de petróleo no país, consumo este hoje atendido pelas refinarias exis-

tentes; mas, como a extração do petróleo bruto interno é insuficiente para atender às necessidades do refino, torna-se necessário o suprimento externo.

Por outro lado, em termos relativos, diminuem as importações de gasolina, o que demonstra que a indústria petrolífera vem contribuindo para diminuir o dispêndio de divisas num dos setores mais importantes da vida nacional.

Nos últimos vinte anos, o intercâmbio com o estrangeiro alterou-se profundamente. Uma das mudanças, e sem dúvida a mais importante, reside na diversificação da pauta importadora, a significar que numerosos exemplos estão dela desaparecendo.

O consumo brasileiro de muitos produtos fabris passou, nos últimos anos, a ser atendido pela produção doméstica, como alguns tipos de tornos, talhadeiras, prensas, caldeiras, máquinas agrícolas, de beneficiamento de cereais, bombas de vários tipos, máquinas elétricas, motores, geradores, transformadores, máquinas têxteis, etc.

De acôrdo com a opinião dos técnicos êsse foi, provàvelmente, o acontecimento mais importante da nossa política de comércio exterior — que veio alterar, radicalmente, o esquema econômico nacional, não obstante ser ainda sensível a nossa dependência de além-fronteira, no que se refere a máquinas altamente especializadas e de precisão, adstritas a elevado índice de *know-how*.

O Plano Trienal, por exemplo, frisa que “o desenvolvimento se vem realizando com um declínio persistente da carta eterna de bens de consumo final, de bens intermediários e de equipamentos, para o que foi necessário que a produção industrial crescesse mais ràpidamente que a própria oferta interna, exigindo, por sua vez, aumento ainda mais ràpido da produção de bens de capital”.

E exemplifica: assim, para que a disponibilidade doméstica crescesse a uma taxa anual de 80% — os índices da oferta externa e interna foram, respectivamente, 39 e 77, sendo necessário que a produção industrial — 144 — aumentasse a uma taxa 2,7 vezes mais alta que a oferta externa, o que indica a magnitude das transformações estruturais requeridas pelo desenvolvimento quando declina a quota das importações na oferta global.

Em outras palavras, isso significa que a produção do país está, dia a dia, substituindo a de fora e que o ritmo de desenvolvimento vem, gradativamente, atendendo tanto ao aumento demográfico quanto ao consumo *per capita*.

No dizer dos entendidos, o comportamento do setor externo já não se polariza como o principal elemento condicionante do nível da atividade econômica.

Na verdade, a economia nacional aproxima-se da fase em que o processo de formação de capital se estadeia, prioritariamente, na própria produção doméstica, e, por isso, o seu desenvolvimento passa a ser resultante da dinâmica interna. Assim, por mais importante que seja a contribuição alienígena — e ela o será sempre — o ritmo de crescimento vincular-se-á principalmente ao determinado pelo conjunto de decisões tomadas com vistas ao próprio mercado nacional.

Trata-se, pois, de profunda metamorfose no sistema econômico.

Sem dúvida, objeções poderão ser levantadas quanto ao tratamento que se está dando ao problema. Parecerá, de certo, que se procede à análise dessa evolução apenas sob um prisma: o da industrialização.

Mas não é possível deixar de conceituar a indústria como o trabalho econômico de maior valor e importância na vida da coletividade, porque representa papel de indiscutível preponderância no desenvolvimento material do mundo moderno, do mundo contemporâneo.

As nações opulentas são as industrializadas, aquelas que preparam, na retaguarda do seu progresso e de sua grandeza, um parque manufatureiro capaz de assegurar-lhes riquezas profundas, em benefício de seus habitantes e da própria sociedade internacional.

A história revela que a evolução econômica culminou sempre na fase industrial, que é o remate do esforço do homem, do esforço das nações e da própria humanidade, em atingir os pontos mais altos da coexistência social.

Povos pastoris, povos agricultores, povos comerciantes, que vitalizaram as idades transactas, tiveram um relativo esplendor evolutivo, mas nenhum deles atingiu o apogeu de um estágio preponderante, senão quando se industrializou.

Na escala econômica, os países estão classificados em desenvolvidos e sub-desenvolvidos, incluindo-se entre os primeiros aqueles que possuem já um patrimônio industrial, de vez que, nessa classificação, o limite, a linha divisória não pode deixar de ser senão a indústria.

Daí porque se assiste, nos dias contemporâneos, à corrida pela industrialização, anseio geral de todos os povos, em busca da transmutação das riquezas de seu próprio solo em abundância, em tranqüilidade, em vida digna, que lhes permita libertarem-se dos onerosos e pesados encargos de uma importação unilateral, sem a justa contrapartida de exportações legítimas e igualitárias.

d) — Vale recordar um fato ocorrido há cerca de vinte anos.

Naquela época, como ainda hoje, postulava-se: — o Brasil é um país de grande extensão territorial com mão-de-obra abundante. — Por que, pois, não abandonar o caminho da industrialização e perseverar no desenvolvimento agrícola? — Tal problema foi objeto de acirrada discussão entre dois grandes estudiosos: ROBERTO SIMONSEN e EUGÊNIO GUDIN, capitaneando correntes de opiniões antagônicas.

O primeiro partia do princípio de que a planificação da economia brasileira deveria conferir ênfase à industrialização do país, pois somente assim poderia ser renovado o plantel rural e alterada a estrutura fundiária existente.

O segundo, com base na teoria dos custos comparativos, sustentava posição oposta, julgando não ser conveniente à economia nacional a produção industrial de artigos que pudessem ser adquiridos a preços mais vantajosos no mercado externo. E sustentava:

“A ignorância das questões econômicas entre nós faz com que se acredite que “produzir no país” é sempre uma vantagem, quando, na realidade, a vantagem só existe quando o custo de produção venha a ser igual ou menor, comparativamente, do que o do similar importado”.

No curso de seu raciocínio, o autor de *Rumos de Política Econômica* apresentava ênfase especial à “produtividade”, como à “bandeira que precisamos levantar no Brasil, não só na indústria mas em todas as atividades econômicas”.

SIMONSEN, contraditando GUDIN, a quem chamava de “partidário concreto da agricultura”, asseverava que este não compreendia, “no seu alto e verdadeiro sentido, o crucial entrosamento das duas atividades, a rural e a industrial”.

Na realidade o “crucial entrosamento” de que fala SIMONSEN se verifica a cada passo. Todos os países industriais contam com uma sólida e forte agricultura. Os casos dos Estados Unidos, da Alemanha e da Rússia são típicos, isto porque a “produtividade” na agricultura está diretamente subordinada à aplicação de técnicas e processos que modificam a própria estrutura do trabalho no campo, bem como a coisas várias — adubos, inseticidas, fertilizantes, etc. — que um parque industrial desenvolvido pode fornecer.

No entanto, nem todos os países agrícolas contam com uma indústria desenvolvida.

Esta, pela sua extraordinária capacidade de multiplicação de matérias-primas, em consequência da evolução técnica e científica, é uma atividade permanente, que, ao contrário da porfia agrícola, independe de fatores climáticos e condições adversas.

Na natureza nada se perde e nada se cria, tudo se transforma: essa transformação se integra na indústria que, assim, completa a obra da natureza.

É interessante assinalar que a polêmica SIMONSEN-GUDIN refletia duas posições na área da economia, posições que remontam aos seus primórdios históricos. A primeira, a de RICARDO que, atentando para os problemas da época, atribuía papel preponderante à terra, pois dela dependia a subsistência dos ingleses, os quais, então, dispndiam a maior parcela de seu orçamento em gastos com a alimentação.

Exteriorizando as necessidades de sua pátria, o economista britânico formou escola e, no Brasil, a tese de país "essencialmente agrícola" dominou gerações, até há pouco.

Ocorre, porém, que o desenvolvimento econômico, alterando a estrutura da exploração agrícola em toda a parte, levou HARROD, em nossos dias, a acreditar ser possível deixar a terra de lado, como fator cuja influência não se apresenta assaz significativa.

Os dois economistas, tão distanciados cronologicamente, refletem os problemas de seu tempo. Com HARROD, observa-se que não só o interesse em torno da terra, na atual conjuntura, decai constantemente de importância, como o crescimento econômico ocorre na medida em que se libera a economia dos limites antes impostos pela natureza, tanto do ponto de vista da produção de alimentos, quanto do de matérias-primas.

É impressionante verificar, contemporaneamente, que, no quadro mundial, os países agrícolas são os mais pobres. Como mais pobres são as zonas ou regiões agrícolas. Não é preciso ir longe. No Brasil comprova-se a assertiva: São Paulo conta, atualmente, frente aos demais estados, com a menor quota de participação da população ativa na agricultura, e, no entanto, lidera a produção industrial e agrícola brasileira.

A indústria paulista liberou a mão-de-obra subempregada nas fainas agrícolas e obrigou à modernização dos processos de cultivo, aumentando a produtividade.

Por sua vez, a própria indústria vem, entre nós, fomentando o desenvolvimento agrícola, ao fornecer os instrumentos necessários à lavoura, como no solicitar bens primários à agricultura.

Neste aspecto convém pôr de relêvo que já se está criando, no Brasil, uma agricultura de bens primários para a indústria. No caso, cite-se o reflorestamento de grandes áreas no Sul do país para a indústria de papel e celulose, o plantio da hévea para atender às exigências da manufatura, sem falar na produção de gêneros alimentícios para a indústria alimentar, que tem de atender a uma produção em continuado crescimento.

Vejam-se apenas os grandes números que refletem o crescimento da agricultura, no país, extraídos do *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*.

QUADRO II

EVOLUÇÃO DO "QUANTUM" DA AGRICULTURA

Índice — (Critério Laspeyres) — 1952/1961

ANOS	Culturas Agrícolas	Pecuária	Silvicultura	Pesca
1953.....	100,0	100,0	100,0	100,0
1961.....	182,0 r	141,0	146,2	173,7

A produção do *quantum* na lavoura, tomando como base 1952 = 100, referente ao mercado interno e, portanto, sem contar com o café e outros produtos de exportação, foi a seguinte:

	<i>Alimentos</i>	<i>Matérias-primas</i>	<i>Total</i>
1952	105,3	78,8	100,6
1961	159,7	127,6	154,1

Em verdade, a agricultura brasileira não vem acompanhando o ritmo do desenvolvimento econômico e social. A causa do atraso encontra-se, em parte, no plantel agrário, carente de reformas, sobretudo de natureza assistencial, educativa, técnica e financeira. A necessidade de modificar a estrutura rural, através de uma reformulação de base, no sentido jurídico, constitui hoje anseio geral. O modo como fazê-la, eis o problema, que está sendo encarado emocionalmente, e não como devera. Mas, não cabe discuti-lo no momento.

e) — O índice do *produto real*, consoante dados do CNE, mostra, igualmente, como a estrutura econômica do país se vem alterando.

QUADRO III

PRODUTO REAL (Índice)

<i>Agricultura</i>	<i>Indústria</i>
1949 = 100	1949 = 100
1947 — 89,5	1947 — 81,4
1961 — 167,0	1961 — 295,0

RENDA INTERNA (Participação)

<i>Agricultura</i> — 1947	37,7 bilhões
1960	536,0 bilhões
<i>Indústria</i> — 1947	30 bilhões
1960	490,0 bilhões

Observa-se que a agricultura, tomando como base 1949 = 100, apresenta o índice 89,5, em 1947, e 167,0, em 1961, ou seja, cresceu somente uma vez, enquanto a indústria, com o índice 81,4 em 1947, teve o seu crescimento mais do que triplicado em 1961, quando atingiu 295,0.

Por outro lado, examinando-se os algarismos da renda interna, segundo os ramos de atividade, observa-se que, enquanto a renda da agricultura alcançava, em 1947, o montante de Cr\$ 37,7 bilhões e a da indústria apenas 30 bilhões, a contribuição desta era inferior em mais de 20% à da primeira. Já em 1960, para uma renda da agricultura de 536,0 bilhões, a indústria apresentava o montante de 49,4 bilhões, isto é, aumentava sua participação na renda interna numa contribuição inferior, tão-só, de 7% à da agricultura. A queda foi de 13%, na coluna industrial para nivelar-se próximo à desta última.

Alterada, portanto, toda a esquemática econômica, é possível asseverar que não somos mais, apenas, um país “essencialmente agrícola”.

f) — Anote-se outro fato indicativo dessas transformações, no que se refere ao fator humano.

QUADRO IV

POPULAÇÃO ATIVA

	<i>Agricultura</i>	<i>Indústria</i>	<i>Setor terciário</i>
TOTAL — 21 milhões	13 milhões	2,7 milhões	4,5 milhões

Salários

<i>Indústria</i>	Cr\$ 246 948 900 000,00 (1960)
<i>Agricultura</i>	20% daquela cifra

Mão-de-obra

	<i>Agricultura</i>	<i>Indústria</i>
Censo de 1950	64%	36%
Censo de 1960	54,4%	45,5%

Os últimos dados registram a presença de uma população ativa de cerca de 21 milhões, dos quais cerca de 13 milhões se encontram em atividades ligadas ao setor rural, 2,7 milhões na indústria e 4,5 milhões nos transportes e serviços. Verifica-se a existência de subemprego na agricultura, constituindo-se a mão-de-obra ociosa nas áreas rurais um dos problemas mais sérios do país.

No que toca a salários e ordenados segundo a origem, embora não se disponha de elementos referentes ao setor primário, isto devido à forma de exploração agrícola existente, não seria errado estimar em, apenas, 20% o pagamento do trabalho sob forma monetária, pois é sabido que o sistema de parceria, de arrendamento, de aluguel de terras, ou de pagamento do trabalho em troca da simples manutenção alimentar é comum nas áreas rurais brasileiras. O mesmo não ocorre, porém, no que diz respeito à indústria. Os totais nacionais alusivos a salários e ordenados segundo a origem dão ao setor manufatureiro a parcela de Cr\$ 246 948 900 000,00, em 1960.

A presença de mais de 60% da população ativa no ambiente rural coloca o Brasil entre os países de economia subdesenvolvida, pois a maior parcela da mão-de-obra se encontra empregada no campo. A tendência, no entanto, da participação cada vez maior do nosso homem nas atividades secundárias e terciárias vem-se acentuando, dia a dia, com o crescimento da indústria e dos serviços.

Com efeito, o censo de 1950 acusou, no território nacional, uma população urbana de 18 782 891 habitantes para uma população rural de 33 161 506 habitantes, ou seja, respectivamente, uma proporção de 36% e 64% sobre o total demográfico. Já o último recenseamento, o de 1960, quase igualou aqueles índices que se fixaram, respectivamente, em 45,5% e 54,5%, decorrendo tal circunstância, como já foi dito, do surto manufatureiro operado nos últimos anos, com sensível transferência da população ativa do setor primário ou agrícola para o secundário ou industrial.

Não é de estranhar, pois, que, com o ritmo desse desenvolvimento, que hoje se positiva, esteja alterada, dentro de alguns anos, ainda mais, a composição do fator humano nas atividades econômicas.

Ainda aqui a expansão manufatureira se torna o receptáculo capaz de acolher os excedentes demográficos que a órbita rural não pode amparar, pelo mínimo de rendimento das atividades específicas, conseqüente de causas a elas inerentes, como das crises intermitentes de demanda nos círculos estrangeiros.

Isto sem aludir ao problema da mecanização das lavouras e da melhoria das técnicas agrícolas, grande redutor de braços. Eis onde a intersecção das duas atividades concorre para a abastança econômica, se pontos outros, de maior monta, também não a estimulassem.

Não há nem pode haver, pelo menos numa economia que busca a integração, conflito entre a indústria e a agricultura, porque, complementares na mecânica da produção, tornando-se reciprocamente uma mercado da outra, carecem da mesma infra-estrutura, da mesma assistência especializada, do mesmo tratamento, nos seus efeitos operacionais.

Se a indústria vai buscar na agricultura as matérias-primas de que necessita, sendo esta, ainda, escoadouro de parte considerável da primeira, a agricultura encontra na indústria, além dos instrumentos de trabalho, das peças sobressalentes, dos fertilizantes, dos adubos, a serventia técnica, o estudo do solo, as reparações geológicas, a própria formação de uma mentalidade uniforme e harmônica de mútuos interesses.

Aquela estrutura de transição antes falada — caminho que se abre à prosperidade nacional — radicaliza-se, pois, na industrialização *lato sensu*, já que a lavoura se identifica como indústria agrícola, como atividade agrária.

E não há fugir a esse destino, que sintetiza o interesse do país, nas determinantes do seu trabalho, da sua composição econômica, dos seus recursos naturais, da sua própria história, no conceito de HERÓDOTO — a mostra da vida, a luz da verdade, a sabedoria dos povos.

IV — CONCLUSÃO

O engenho do povo brasileiro, servindo-se daquilo que a natureza dadivosa disseminou pela vastidão do território, nas entranhas da terra, nas caudais imensas, nas cordilheiras, nas florestas, pôde tudo transmudar em riquezas úteis ao labor, ao desenvolvimento, ao conforto, à pujança e à felicidade da pátria.

A madeira côr de brasa extraída pelo descobridor maravilhado, ao longo da orla marítima, era bem o signo germinador dos ciclos econômicos que a terra nascente palmilharia no correr dos séculos, para arrematar, ao fim, numa era de acendrado fastígio industrial.

E o Brasil alcançou, após tantas vicissitudes e ânimo inquebrantável, o sentido real do seu desenvolvimento, todo êle alicerçado no preconício de matérias-primas abundantes, de recursos inesgotáveis, de técnicas multiformes, de evolução especializada e científica, buscando enquadrar a civilização que realiza nesta parte do continente, nos limites de um grande parque produtor, garantia de estabilidade social, de respeito entre as nações, de cooperação constante e valiosa para o bem da humanidade.

A indústria, no seu exato conteúdo, traduz, entre nós, um acervo de conquistas definitivas, de êxitos autênticos que premunem, cada vez mais, o futuro brilhante que nos está reservado no calendário das realizações irremovíveis.

Mas, se ela, até o instante presente, muito pôde fazer e conseguir, transpondo dificuldades, afastando óbices e preparando campo propício à sua caminhada vitoriosa, deve-o, sem dúvida, ao esforço de tenaz espírito construtivo, da inteligência dos pioneiros, da fé dos audazes e, sobretudo, da iniciativa particular, do trabalho individual e da liberdade econômica.

Sem êsses postulados, que lhe traçaram o rumo, sem êsses princípios, que lhe formam o cerne e a substância, nunca teria sido possível a formação do grande empório fabril que hoje nos orgulha no concôrto das nações.

Por isso, salvaguardando o pendor, que nos é inato, do trabalho franco e autônomo, repudiamos sempre o intervencionismo *à outrance* que, maléfico e infenso aos nossos desígnios, longe de resguardar o patrimônio comum, acaba por transformar o povo em mero instrumento de uma estatização de misérias, de estagnação e de escravismo.

Ê preciso não esquecer que a livre empresa, na sua real conceituação, estimula e prepara os povos fortes, aquêles que, a seu turno, fiéis à liberdade e à democracia, preservam-se nas aspirações de uma existência digna, feliz e merecedora do destino que Deus reservou aos homens, em todos os quadrantes da Terra.

A atividade produtora só tem por limites os interesses fundamentais da nação, conseqüentes da ordem econômica prevista na Carta Magna que concilia os princípios da liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.

Não resta dúvida que o escopo do estado moderno visa a identificar a representação dos seus elementos integrantes dentro da idéia de que a civilização, nesta hora do mundo, tende a conciliar os grupos políticos e os grupos econômicos, num ponto de intersecção entre os conceitos intervencionistas e a livre empresa, porque os valores sociais não se isolam para se destruir, mas se unem, se interpenetram, para construir e vencer.

Se o Estado que se aproxima do tipo perfeito é o que mais obtém de seus membros fiel e útil colaboração, é lícito asseverar que a sorte dos impérios que não sobreviveram aos conquistadores, decorreu da circunstância de não vincularem o mecanismo político à estrutura econômica.

Até mesmo um eclesiástico como FULTON SHEEN, afamado bispo de Nova York, que recentemente esteve no Brasil, no seu livro *Filosofias em luta*, sugere a criação de câmaras econômicas com as quais se poderia ampliar o princípio democrático, para fortalecê-lo.

E acrescenta: "Os homens ligam-se mais pelo gênero de trabalho que praticam do que por pertencerem ao mesmo distrito eleitoral".

Se, geograficamente, constituímos um império, teremos que escudar o vasto reservatório de matérias-primas de que desfrutamos numa estruturação industrial completa e portentosa, acenando aos pósteros com perspectivas cada vez mais animadoras, para a transformação, em fontes inexauríveis, das atividades básicas do metal, do ferro, do aço, do manganês, do alumínio e de tudo quanto necessita uma nação, com o destino do Brasil, para projetar-se no *mapa-mundi*.

Não basta a faina objetiva de fazer e realizar: — cumpre instruir, aperfeiçoar o ser vivo da produção, adestrar o equipamento, o elemento técnico, tudo em imprescindível base educativa. Esse, talvez, se afigure o escopo maior dos cometimentos do trabalho — cultivo do homem —, sobretudo porque o padrão material, neste país, por circunstâncias inexplicáveis, está acima, muito acima, do seu nível criador, como força imanente de sobrevivência.

E vale não esquecer que a nação brasileira, no que se refere à sua evolução econômica, seguiu uma linha de altos e baixos, com níveis sucessivos na sua secular trajetória.

Esse curso acidentado acompanhou, *pari passu*, a própria História do Brasil, em todos os seus eventos, que se refletiram, dominadoramente, no trabalho, no esforço coletivo e no bem-estar da comunidade.

Daí porque os acontecimentos políticos e os movimentos sociais influem, de modo direto, no desenvolvimento material, ampliando-o ou restringindo-o, segundo as diretrizes boas ou más das conjunturas.

Justamente porque a liberdade, no tópo das instituições democráticas, flandou, sempre, como guia do povo brasileiro é que o país progrediu imenso, na conquista de um celeiro de riquezas potenciais, que estão a exigir exploração, tratamento, produtividade, circulação e consumo, sob os ditames da ciência econômica.

Oxalá que os obstáculos da hora atual possam ser transpostos sem o esgotamento da capacidade de sacrifício que a nossa gente tem sabido demonstrar nos lances supremos.

E que essas inquietações, dissipadas e desfeitas, permitam ao Brasil prosseguir na sua marcha gloriosa para o futuro.

BIBLIOGRAFIA

Centro Industrial do Rio de Janeiro — *Anais da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*.

Confederação Nacional da Indústria — *Estudos Econômicos*.

Conselho Nacional de Economia — *Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil — 1961*.

Celso Furtado — *Formação Econômica do Brasil — Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*.

Denio Nogueira — *Estrutura da Economia Brasileira*.

Eugênio Gudín — *Rumos de Política Econômica*.

Euvaldo Lodi — *A Indústria e a Economia Brasileira*.

Heitor Ferreira Lima — *Formação Industrial do Brasil*.

Humberto Bastos — *A Economia Brasileira e o Mundo Moderno*.